

Defesa militar e apoio à política externa



Introdução

A função de defesa militar e apoio à política externa concretiza-se através de um espectro muito alargado de tarefas, desde garantir a defesa militar própria e autónoma, passando por acções de defesa colectiva e expedicionária, e de protecção dos interesses nacionais e diplomacia naval.

Defesa militar própria e autónoma

A defesa militar é a missão fundamental das Forças Armadas. Porém, no quadro de actuação corrente das marinhas, a evolução geoestratégica levou a que as ameaças à soberania, à independência nacional e à integridade territorial sejam consideradas de baixa probabilidade, relativamente às novas ameaças directas ao uso do mar ou que do mar tiram partido

No entanto, é imperioso não esquecer a História e as Relações Internacionais de Portugal, que evidenciam o facto da negligência da defesa militar própria e autónoma, se traduzir em enormes riscos, várias vezes assumidos por aliados, quase sempre, com alienação de soberania nacional. O actual ambiente internacional apresenta factores de reconhecida imprevisibilidade, pelo que o risco assume expressão significativa.



Submarino "Tridente"

Fragata "Bartolomeu Dias"



Fragatas da classe Vasco da Gama

E ao imenso e possível oceano
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,
O mar sem fim é português.
Fernando Pessoa

De forma a Portugal poder fazer face, de forma autónoma, a missões de natureza puramente militar, a Marinha dispõe de uma força-tarefa, capaz de, em muito curto período de tempo, sair de Lisboa para projectar força no Espaço Estratégico de Interesse Nacional.

Defesa colectiva e expedicionária

Portugal afirma-se internacionalmente pela participação activa e útil ao serviço da comunidade das nações, sobretudo no âmbito da NATO, da ONU, da OSCE e da UE. Em termos navais, importa ainda relevar a participação nacional na EUROMARFOR, que reflecte a vontade de Portugal contribuir para uma força naval europeia.

A Marinha tem participado no reforço da presença nacional nessas organizações internacionais, ao empenhar navios e unidades de fuzileiros e de mergulhadores, bem como militares em estados-maiores internacionais, num vasto conjunto de operações. Neste âmbito, importa relevar o facto de Portugal ter exercido por três vezes o comando da força permanente da NATO no Atlântico (inicialmente designada como STANAVFORLANT e, posteriormente, como SNMG-1), nos períodos 1995/96, 2001/02 e 2009/10. Além disso, destacam-se as seguintes operações, no âmbito da prevenção e do combate às ameaças terroristas e à proliferação de armas de destruição maciça do apoio à segurança e à

- ✱ Operações "Desert Shield", "Desert Storm" e "Granby", de libertação do Kuwait, em 1990 e 1991;
- ✱ Operações de apoio à paz na ex-Jugoslávia ("Sharp Vigilance", "Maritime Monitor", "Sharp Fence" e "Sharp Guard"), realizadas entre 1991 e 1996;
- ✱ Operação "Allied Force", em 1999, de vigilância e controlo do mar Adriático, em apoio à intervenção no Kosovo, destinada a pôr termo à violência e à repressão nesse território;
- ✱ Operações de imposição e de manutenção da paz em Timor-Leste no âmbito da ONU ("INTERFET", "UNTAET" e "UNMISSET"), entre 1999 e 2004;
- ✱ Operação "Constant Forge", de imposição da paz na Bósnia, em 2000;
- ✱ Missão de apoio humanitário realizada por fuzileiros, em Moçambique, por ocasião das cheias no rio Save, em 2000;
- ✱ Operação "Active Endeavour", desencadeada pela NATO em Novembro de 2001, no Mediterrâneo oriental, que contou com comando português, de Dezembro de 2001 a Janeiro de 2002;
- ✱ Operação "EUFOR - Congo", na República Democrática do Congo, por ocasião das eleições presidenciais, em 2006;
- ✱ Operações "Allied Protector" e "Ocean Shield" de combate à pirataria no Corno de África, em 2009 e 2010, no âmbito da força-tarefa da NATO SNMG-1 (Standing NATO Maritime Group - 1), comandada por Portugal entre Janeiro de 2009 e Janeiro de 2010.



Defesa militar e apoio à política externa



A participação de forças, unidades e destacamentos operacionais de Portugal neste tipo de operações, é uma das formas do Estado português conferir expressão ao conceito de *soberania de serviço*, afirmando a sua voz na definição de políticas internacionais e no acompanhamento da sua execução.

Protecção dos interesses nacionais e diplomacia naval

Esta tarefa inclui a protecção e evacuação de cidadãos nacionais, a diplomacia naval e as relações internacionais.



Fuzileiros portugueses na República Democrática do Congo

Protecção e evacuação de cidadãos nacionais

A população portuguesa e de origem portuguesa residente no estrangeiro totaliza quase 5 milhões de pessoas, pelo que o País necessita de capacidade para proteger ou evacuar os seus cidadãos, a longas distâncias do território nacional. Isso obriga a Marinha a dispor de meios para realizar ou apoiar acções expedicionárias, com reduzido apoio local, o que implica boa capacidade de sustentação.

No passado recente a Marinha foi chamada a efectuar algumas acções deste tipo, para além de outras situações em que forças navais foram activadas e posicionadas na costa oeste africana, prontas a executar acções quando exigido. Nesse âmbito, destacam-se: a operação “Cruzeiro do Sul” (Angola, 1992); a operação “Leopardo” (Zaire, 1997); a operação “ELIPAC” (Congo, 1998); a operação “Crocodilo” (Guiné-Bissau, 1998) e a operação “Tarrafo” (Guiné-Bissau, 1999).

Para realizar estas operações, a Marinha mantém permanentemente, em prontidão de 48 horas, forças e unidades operacionais, de forma a integrarem o núcleo inicial de uma Força de Reacção Imediata.



Evacuação de cidadãos

Diplomacia naval

No âmbito da diplomacia naval, os navios da Marinha desenvolvem uma actividade extremamente intensa, visitando portos de países amigos e mostrando a bandeira nacional nos quatro cantos do Mundo. Em sintonia com as prioridades do Estado português, têm sido privilegiadas as visitas aos países onde existem fortes diásporas portuguesas e aos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Ainda no âmbito da diplomacia naval, importa referir a realização das conversações entre as partes a bordo do NRP “Corte Real”, durante o processo de mediação da paz após o conflito que teve lugar na Guiné-Bissau, em 1998.



O NRP «Sagres» desempenha um papel fundamental de diplomacia naval e de ligação às comunidades portuguesas

Relações internacionais

A Marinha desenvolve também uma intensa actividade de relações internacionais, tanto a nível bilateral como multilateral, em articulação com o Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os outros ramos, sob coordenação da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional.

No quadro bilateral assume particular intensidade o relacionamento com os países africanos lusófonos e com Timor-Leste que, por se revestir de contornos específicos, é enquadrado pela Cooperação Técnico-Militar. A actividade desenvolvida nesse âmbito tem por objectivo apoiar a constituição de Forças Armadas, como garante da segurança nos respectivos países.

A Marinha mantém, ainda, conversações formais entre estados-maiores com as suas congéneres, e participa frequentemente em reuniões de comissões mistas ou outras actividades de índole bilateral e multilateral.



Fragata «Álvares Cabral» na operação “Active Endeavour”